

1 ATA DA 155ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA) ASSEMBLÉIA  
2 ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E  
3 DO ADOLESCENTE - CONANDA

4  
5 As nove horas do dia treze de setembro de dois mil e sete, na sala trezentos e  
6 quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, Brasília, teve início à 155ª  
7 (centésima quinquagésima quinta) reunião ordinária do Conanda, com o  
8 objetivo de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Aprovação das atas  
9 das Assembléias 152ª, 153ª e 154ª do Conanda; 2) VII Conferência Nacional  
10 dos Direitos da Criança e do Adolescente; 3) PETI e Aprendizagem; 4)  
11 Apresentação do nome do representante do Governo para Relatoria da  
12 Comissão de Parâmetros; 5) Capacitação em mídia para os conselheiros do  
13 Conanda; 6) Apresentação da Agenda Social; 7) Pesquisa "Municipalização do  
14 Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto"; 8) Orçamento Criança e  
15 Adolescente (OCA): Reflexão dos Documentos apresentados pela Fundação  
16 Abrinq; Leitura e encaminhamento das Prioridades apresentadas pelas  
17 Comissões relativas ao Plano de Ação; 9) Aprovação dos Projetos SEDH; 10)  
18 Renúncia da sociedade civil no CEDCA-SC; 11) Seminário Técnico-Legislativo  
19 para novembro/2007; 12) Aprovação da pauta da assembléia extraordinária  
20 descentralizada; 13) encaminhamentos do caso "Champinha"; 14) Definição de  
21 GT MSE. A reunião foi presidida pela Senhora Carmem de Oliveira, Presidente  
22 do Conanda e teve a participação dos conselheiros Ivanildo Tajra Franzosí,  
23 Casa Civil da Presidência da República; Solange Stella Serra Martins,  
24 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Leandro da Costa  
25 Fialho, Ministério da Educação; Ricardo do Nascimento Avelar Fonseca,  
26 Ministério do Esporte; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da  
27 Fazenda; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Thereza de Lamare  
28 Franco Netto, Ministério da Saúde; Luseni Maria, Ministério do Planejamento,  
29 Orçamento e Gestão; Deuzineia da Silva Lopes Ministério do Trabalho e  
30 Emprego e Cristina de Fátima Guimarães, Secretária Especial de Políticas de  
31 Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Em relação à  
32 questão da agenda social, a conselheira Carmem lembrou aos conselheiros  
33 que o Conanda compôs um grupo de trabalho que foi indicado pela casa Civil  
34 com a coordenação da Secretária Especial de Direitos Humanos e que teve a  
35 participação do MDS, da Educação, da Saúde, do Esporte e da Cultura. Todo  
36 processo foi acompanhado por representantes do Ministério do Planejamento e  
37 pela casa Civil. Foram incorporadas sugestões de outras áreas de governo, a  
38 exemplo, do Ministério da Cidade, da Secretária Especial de Política para  
39 Mulheres, Ministério do Trabalho Emprego, da SEPPIR e do Ministério da  
40 Justiça. A Presidente informou, ainda, que na primeira gestão do Presidente  
41 Lula, dois novos instrumentos foram formulados pelo Conanda, que eram o  
42 Sinase e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A agenda  
43 será lançada oficialmente pelo Presidente da República no dia onze de  
44 outubro, pela manhã. Iniciada a discussão sobre a Conferência Nacional, a

M

45 conselheira Marta informou sobre a realização do Seminário Técnico-  
46 Legislativo, que têm por objetivo construir uma agenda pró-ativa junto ao  
47 Congresso Nacional, a partir da análise de Projetos de Leis e Propostas de  
48 Emendas Constitucionais pelo Conanda. O Seminário acontecerá nos dias seis  
49 e sete de novembro de dois mil e sete, antecedendo a reunião do Conanda  
50 daquele mês, a realizar-se nos dias sete e oito. No item referente à  
51 participação nas Conferências Estaduais, os conselheiros foram orientados  
52 sobre a necessidade de adequação à Resolução 105 do Conanda, durante a  
53 participação nas Conferências Estaduais. A Comissão de Mobilização e  
54 Formação encaminhará o ofício aos Conselhos sobre esse assunto. Ficou  
55 estabelecido que o Conanda enviará este ofício, primeiramente aos conselhos  
56 estaduais, ao FONCAJE e ao Ministério Público de todos os Estados, para que  
57 os mesmos acionem os seus respectivos pares nesse processo. E uma vez  
58 finalizada a Conferência, o documento será enviado a todos os municípios. Na  
59 discussão referente ao Projeto de Comunicação da ANDI, foi informado que a  
60 Secretária de Comunicação da Presidência aprovou, com ressalvas, o Plano de  
61 Comunicação da ANDI, indicando necessidade de contato com o SERPRO -  
62 Serviço de Processamento de Dados para viabilizar o site e o portal, para a sua  
63 manutenção após o contrato com a ANDI. Após discussão dos conselheiros,  
64 ficou estabelecido que o portal do Conanda ficará no SERPRO (servidor da  
65 Presidência da República), desde que o órgão concorde com as cláusulas  
66 sugeridas pelo Conanda, relativas à atualização e manutenção do endereço  
67 eletrônico. Ficou decidido que a Senhora Jaqueline Assessora Técnica da  
68 SPDCA entrará em contato com o SERPRO para solicitar esclarecimentos  
69 sobre a operacionalização do portal e dará um posicionamento posteriormente.  
70 No ponto relativo à notícia de renúncia da sociedade civil do Conselho Estadual  
71 dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA de Santa Catarina, foi  
72 informado que a renúncia ocorreu devido ao fato de que "a sociedade civil vem  
73 insistentemente tentando dialogar com o Governo do Estado, por intermédio da  
74 Secretaria a qual o Conselho está vinculado administrativamente sem  
75 conseguir avanços". Diante do impasse, foi decidido que o Conanda oficiará o  
76 fato ao Procurador-Geral do Ministério Público de Santa Catarina, ao Governo  
77 do Estado e ao Fórum Estadual DCA, para dar ciência e solicitar as  
78 providências cabíveis. Ficou decidido, ainda, que o Conanda deverá  
79 contextualizar historicamente o que aconteceu, procurar levantar todos os  
80 dados possíveis para compreender melhor o quadro que levou à essa situação.  
81 A conselheira Cristina, sugeriu que o Conanda identificasse esse e outros focos  
82 de conflitos que estão acontecendo às vésperas da Conferência Nacional e  
83 tentar negociar e dialogar, para que essas questões não interfiram na  
84 Conferência Nacional. Ficou, então, decidido que antes da Conferência haverá  
85 uma reunião do Conanda com conselhos estaduais para dirimir essas  
86 questões. A conselheira Núbia ponderou que, embora não fosse recomendável  
87 que o Conanda interferisse nessas questões regionais, que seria de  
88 responsabilidade dos conselhos estaduais, do Ministério Público e do Fórum  
89 DCA, mas seria importante que o Conanda fizesse um esforço para tentar  
90 estabelecer um diálogo entre as partes envolvidas no assunto. Tomando a  
91 palavra, a Senhora Presidente afirmou que tinha em mãos exemplares do livro  
92 "Direito à memória e à verdade" e que, em função da tiragem muito restrita, o

93 mesmo seria entregue prioritariamente aos conselheiros titulares. Falando em  
94 nome da Comissão de Políticas Públicas, o conselheiro Ariel informou sobre a  
95 reunião realizada pelo Conanda com o CONJUVE, definindo uma agenda em  
96 comum, principalmente nas seguintes questões: enfrentamento da redução da  
97 idade penal, Sinase, Lei de Execuções das medidas socioeducativas,  
98 aprendizagem e a questão do Pró-Jovem. No que tange ao caso "Champinha",  
99 discutido em assembleias anteriores, foi informado que o Conanda havia  
100 solicitado informações à própria Fundação Casa que respondeu que o assunto  
101 estava sob o sigilo de justiça e, em respeito ao Estatuto, não passaria as  
102 informações. Os juizes responsáveis pelo caso também foram oficiados. A  
103 Juíza-Corregedora da Vara de Execuções de São Paulo repassou o processo  
104 para o Juiz Tránsito, que, por sua vez, sugeriu uma reunião com alguns  
105 conselheiros do Conanda para explicar a situação do "Champinha", o qual  
106 ultrapassou o período de três anos de internação. Ficou acertado que haverá  
107 uma reunião no dia quinze de outubro, às quinze horas, no Fórum da Rua  
108 Piratininga, no Brás, em São Paulo. Na sequência, o conselheiro Onofre  
109 informou sobre o Projeto de Lei do Depoimento sem Danos apresentado na  
110 Assembleia Legislativa do Pará que terá o apoio do Conanda. Em seguida, o  
111 conselheiro Ariel submeteu aos presentes a discussão sobre a principal  
112 pendência da última assembleia que é o Grupo de Trabalho do Projeto de Lei  
113 de Medidas Sócio-educativas do Conanda. Segundo os informes, a comissão  
114 não teve condição de continuar a discussão suspensa na última plenária,  
115 portanto, não tomou nenhuma decisão. Logo, o grupo de trabalho criado  
116 anteriormente permaneceu. Os conselheiros presentes decidiram que a  
117 centésima quinquagésima sexta assembleia ordinária descentralizada do  
118 Conanda acontecerá nos dias dois, três e quatro de outubro de dois mil e sete,  
119 no Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de debater a situação da  
120 criança indígena naquele estado, em subsídio ao processo de formulação de  
121 diretrizes específicas de uma política de atendimento aos direitos da criança e  
122 do adolescente indígena. No último dia, acontecerá a sessão plenária do  
123 Conanda, das nove às treze horas. Na sequência, a conselheira Miriam fez  
124 uma exposição sobre a planilha financeira, com o levantamento do orçamento  
125 disponível, a partir da Lei Orçamentária - LOA. De acordo com a planilha, o  
126 Conanda iniciará o ano de dois mil e oito com cinco milhões e quatrocentos mil  
127 reais. Interrogada sobre a questão da agenda, a Senhora Presidente informou  
128 que a agenda já entrava em vigor com recurso de dois mil e sete em dois mil e  
129 oito, porque alguns contratos iniciados nesse ano se estendem para o ano  
130 seguinte. Foi decidido que para a assembleia do Conanda do mês de  
131 novembro, sejam trazidos os indicadores orçamentários de dois mil e oito, para  
132 se projetarem os investimentos e o trabalho das comissões para o ano que  
133 vem. Para isso, a referida planilha será encaminhada aos conselheiros no mês  
134 de outubro, para apreciação prévia. Deliberações: **1) Pesquisa**  
135 **Municipalização das Medidas Sócioeducativas - IBAM:** a) Realizar  
136 pesquisa semelhante tendo como objeto os projetos financiados pelo Governo  
137 Federal em parceria com as organizações não-governamentais, constando os  
138 seguintes aspectos: Como os jovens entraram e saíram do programa; os  
139 componentes do conteúdo dos programas finalísticos; a rotatividade; a  
140 reincidência; como se deu a inclusão; a qualidade dos programas de prestação

141 de serviços à Comunidade; o registro de experiência; **b)** Publicar esta  
142 pesquisa complementando o relatório com um balanço comparativo para  
143 verificar se os indicadores de implementação do SINASE estão sendo  
144 seguidos nos projetos analisados pela pesquisa e as recomendações a partir  
145 das lições aprendidas com a execução desses projetos; **c)** Encetar esforços  
146 conjuntos, SPDCA e MDS, para que a publicação do Guia esteja pronta para  
147 ser entregue aos delegados da VII Conferência Nacional; **d)** Incluir as  
148 conclusões da Pesquisa no KIT Conanda para apresentações nas conferências  
149 estaduais; **e)** Recomendar à SPDCA realização de evento para a devolução  
150 dos dados da pesquisa aos seis municípios pesquisados e discutir a  
151 implementação das medidas socioeducativas; **f)** Encetar esforços junto aos  
152 gestores municipais para a criação de comissões intersetoriais de  
153 implementação do Sinase, particularmente nas capitais dos estados, criando o  
154 comando único. Responsável: SPDCA; **g)** Promover debates e outras formas  
155 de articulação entre os conselhos municipais dos direitos da criança e do  
156 adolescente e com os conselhos municipais de assistência social; **h)** Pautar  
157 para a Assembléia Ordinária do Conanda do mês de novembro de 2007 a  
158 apresentação da Pesquisa do ILANUD sobre a aplicação das medidas  
159 socioeducativas nas capitais; **i)** Realizar encontro com os conselheiros  
160 estaduais, assembléia ampliada, para discutir o papel dos conselhos no  
161 processo de municipalização das medidas sócioeducativas; **j)** Recomendar que  
162 os esforços de estudos e de municipalização das medidas socioeducativas  
163 priorizem os estados da Região Norte do país; **l)** Recomendar Ministério da  
164 Educação que o mesmo envide esforços no sentido de estudar a escolarização  
165 de adolescentes em situação de medidas socioeducativas. **2) Agenda Social:**  
166 **a)** Criar um GT de Monitoramento da Agenda Social; **b)** Indicar representação  
167 do Conanda para o Lançamento da Agenda Social – Dia 11 de outubro de 2007  
168 às 11h00 pelo Presidente da República. **3) Comissão Organizadora da VII**  
169 **Conferência Nacional:** **a)** Aprovar a revisão da proposta metodológica da VII  
170 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente / 2007. Com as  
171 seguintes considerações; **b)** Propor, para definição da plenária do mês de  
172 outubro, o formato, os temas e o tempo de duração da sessão Diálogos. Foi  
173 sugerido que os painéis fossem realizados em espaços separados e no período  
174 noturno conforme já programado; **c)** Explicitar melhor o processo de construção  
175 da "Carta Criança e Adolescente" a ser entregue ao Presidente da República;  
176 **d)** Definir na Assembléia do mês de outubro a questão dos lançamentos de  
177 livros e DVD durante a Conferência Nacional; **e)** Verificar a possibilidade de se  
178 colocar tablado no auditório para melhor visibilidade da platéia; **f)** Integrar o  
179 Secretário Executivo do Conanda na Comissão Organizadora da VII  
180 Conferência Nacional, o qual deverá participar de todas as reuniões da  
181 Comissão; **g)** Encaminhar as demandas da VII Conferência a SPDCA por  
182 intermédio do Secretário Executivo do Conanda e não diretamente aos seus  
183 técnicos e funcionários. **4) Comissão de Políticas Públicas:** **a)** Continuar  
184 acompanhando o caso Champinha. Realizar reunião em São Paulo no dia  
185 quinze de outubro de 2007 às quinze horas. Antes da reunião os conselheiros  
186 deverão manter contatos com o Defensor Público Flávio Frasseto que está  
187 atuando no Processo, bem como manter contatos com representantes da  
188 Fundação Casa – SP. Aprovou-se a participação dos seguintes conselheiros:

189 Carmen, Júlia, Ariel, Manoel Onofre, Thereza de Lamare e Maria Luiza; b)  
190 Realizar uma Oficina da ABMP sobre Saúde Mental particularmente  
191 abordando a atenção aos adolescentes em conflito com a Lei. Garantir a  
192 participação de representante da Comissão Intersetorial sobre Saúde Mental  
193 do Ministério da Saúde e do Fonacriad. Esta oficina será patrocinada pelo  
194 Ministério da Saúde; c) Participar das reuniões da Comissão Intersetorial  
195 Sinase. Próxima reunião no dia quatorze de setembro de 2007 (Conselheira  
196 Júlia); d) Elaborar "Moção de Apoio" ao PL sobre Depoimento sem Dano e  
197 enviar ao Congresso Nacional. Responsáveis: Maria Luiza, Manoel Onofre e  
198 Benedito dos Santos; e) Realizar reunião com os Conselhos Estaduais dos  
199 Direitos para sensibilizá-los para implementação do Sinase; f) Compôr o  
200 Grupo de Trabalho para acompanhamento do PL de Execução das Medidas  
201 Socioeducativas com os seguintes conselheiros/as: Carmen, Júlia, Marta,  
202 Manoel Onofre, Ariel e Maria Ignês. O aprofundamento das discussões para  
203 composição de um GT mais amplo será realizado no mês de novembro de  
204 2007; g) Aprovar a proposta de pauta da 156ª Assembléia Ordinária  
205 Descentralizada sobre questão das crianças indígenas com as seguintes  
206 considerações; h) Incluir representante do Fórum Nacional DCA na Mesa de  
207 Abertura da Assembléia Descentralizada a ser realizada no mês de outubro no  
208 Mato Grosso do Sul; i) Incluir na relação de convidados da Assembléia  
209 Ampliada representantes de Organismos Internacionais; j) Agendar os vôos de  
210 deslocamentos dos conselheiros para a Assembléia Descentralizada nos  
211 primeiros horários do dia dois de outubro, com chegada prevista para as dez  
212 horas, visando a realização de reuniões das Comissões Temáticas e da  
213 Comissão Organizadora D VII Conferência Nacional; l) Elaborar Menção  
214 Comemorativa ao Dia da Criança e da Promulgação do Estatuto da Criança e  
215 do Adolescente em homenagem à criança indígena; m) Providenciar o  
216 deslocamento das conselheiras suplentes Iralda e Elenice para participarem da  
217 Assembléia Descentralizada, em caráter excepcional. O conselheiro Manoel  
218 Onofre substituirá a conselheira Miriam no referido evento. No próximo ano o  
219 Conanda deverá aprofundar o debate e deliberar sobre a participação dos  
220 suplentes; n) Disponibilizar aos conselheiros a relação dos encaminhamentos  
221 sobre a criança indígena aprovados na Assembléia do mês de agosto de 2007,  
222 antes da Assembléia Descentralizada; o) Estreitar a articulação com o  
223 Conselho Nacional da Juventude para definir uma agenda comum para o ano  
224 de 2008. Alguns pontos já acordados: enfrentamento da redução da idade  
225 penal, implementação do Sinase, aprendizagem e Pró-Jovem. Os dois  
226 conselhos declararam articulação permanente no enfrentamento da redução da  
227 maioria penal caso a proposta seja colocada em votação no Congresso  
228 Nacional; p) Planejar a realização de oficinas sobre a implementação do Plano  
229 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária com populações quilombolas  
230 e indígenas. 5) **Comissão de Mobilização e Formação:** a) Realizar  
231 Seminário Técnico Legislativo visando à construção de agenda proativa junto  
232 ao Congresso Nacional via Frente Parlamentar. O evento será realizado em  
233 parceria SPDCA, Frente Parlamentar, Unicef; apoiado financeiramente pela  
234 SPDCA e organizado pelo Cecria em conjunto com o Conanda; com duração  
235 de um dia e meio, antecedendo a Assembléia de novembro. O cronograma  
236 obedecerá as seguintes etapas: 17 a 28 de setembro 2007 -- Captação de

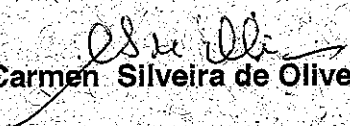
237 novos PL (em-torno de 300); 01 a 10 de outubro de 2007 – Filtragem dos PL  
238 em 03 (três) **categorias: rejeitados, polêmicos e agregam direitos**; 01 a 15  
239 de outubro de 2007 – emitir pareceres – Unicef; 16 de outubro de 2007 -  
240 disponibilizar banco de dados com os pareceres no site do Cecria; 16 a 23 de  
241 outubro de 2007 – contribuições sobre os projetos polêmicos (Conanda, Fórum  
242 Nacional DCA, Unicef e Frente Parlamentar); 26 de outubro de 2007 –  
243 Conclusão da sistematização; 6 e 7 de novembro de 2007 – Realização do  
244 Seminário Técnico Legislativo – No dia 6 as atividades serão realizadas nos  
245 três turnos manhã, tarde e noite e no dia sete as atividades serão realizadas  
246 somente no período da manhã; **b)** Realizar Assembléia do mês de novembro  
247 de 2007 em datas complementar ao do Seminário: no dia sete de novembro  
248 das 14 às 18h00 e no dia oito período integral; **c)** Encaminhar urgente Ofício-  
249 circular aos Conselhos estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente,  
250 contendo orientações sobre a necessidade de adequação à Resolução nº 105  
251 e durante a Conferência Nacional efetuar a entrega de ofício-circular aos  
252 Conselhos Municipais dos Direitos, contendo as mesmas orientações de  
253 adequação à Resolução nº 105 do Conanda; **d)** Realizar reunião com os  
254 Conselhos Estaduais dos Direitos no início da Conferência Nacional, para tratar  
255 sobre a renúncia coletiva da sociedade civil do CEDCA/SC, sobre a Resolução  
256 nº 105 e outros assuntos de interesse dos conselhos –Responsável: Comissão  
257 Organizadora e Comissão de mobilização e Formação; **e)** Implementar o Plano  
258 de Comunicação do Conanda em parceria com ANDI/CIPÓ: Formalizar o  
259 Convênio com a Andi. Responsável SPDCA; Definir até o dia dezessete de  
260 outubro de 2007 se a hospedagem do site do Conanda ficará no servidor do  
261 Serpro ou de outro parceiro. A Assessora Jackeline fará o informe aos  
262 conselheiros; Elaborar síntese do Projeto Andi e encaminhar aos conselheiros  
263 via e-mail; Apresentar proposta de continuidade do treinamento mídia training  
264 (parte prática): retomar os contatos com a Andi para pautar o evento no final  
265 deste ano; **f)** Acompanhar a crise do Conselho Estadual de Santa Catarina  
266 onde ocorreu uma renúncia coletiva dos membros da sociedade civil, tomando  
267 as seguintes providências; **g)** Enviar ofício ao Governador do Estado de Santa  
268 Catarina, ao Procurador Geral de Justiça do Estado, à Secretaria Estadual de  
269 Assistência Social e ao Fórum Estadual DCA, solicitando informações sobre a  
270 renúncia coletiva da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da  
271 Criança e do Adolescente – responsável: Secretaria Executiva; **h)** Manter  
272 contatos com a Secretária Nacional de Assistência Social, (Senhora Ana Ligia  
273 Gomes / MDS), para verificar o que está ocorrendo no Conselho Estadual dos  
274 Direitos de Santa Catarina – Responsável: Presidente do Conanda; **i)** Os  
275 conselheiros Ricardo Caporal e Marta Tonin também manterem contatos com o  
276 Conselho Estadual para obterem maiores informações sobre a renúncia  
277 coletiva. **5) Comissão de Orçamento e Finanças; a)** Solicitar esclarecimentos  
278 à SPDCA sobre os valores repetidos nas planilhas orçamentárias apresentadas  
279 (Estado do Acre); **b)** Encaminhar à todos os conselheiros as planilhas de  
280 aplicação dos recursos orçamentários para o ano de 2007, com as devidas  
281 correções e com o cronograma de execução; **c)** Apresentar na Assembléia do  
282 mês de novembro de 2007 a previsão orçamentária para o ano de 2008; **d)**  
283 Elaborar planilha de monitoramento dos projetos, cruzando as ações do  
284 planejamento estratégico com as ações propostas nas planilhas. Responsável:

285 Cada Comissão deverá elaborar a sua planilha indicando os projetos de suas  
286 áreas de atuação; e) Enviar a todos os conselheiros o Termo de Referência de  
287 contratação de consultor para reformulação da Resolução 75 e elaboração de  
288 anteprojeto de lei normatizando a atuação dos conselhos tutelares, solicitando  
289 o repasse para potenciais consultores. **6) Outros Encaminhamentos (sobre**  
290 **os informes): a)** Enviar aos e-mails dos conselheiros Substitutivo ao PL  
291 4.850 - PL 6.222/2005 - Substitutivo da Comissão Especial-Estatuto da  
292 Adoção (Maria do Rosário) e Substitutivo ao PL 4.126/2004 - Delitos  
293 Tipificados - Responsável Secretaria Executiva; **b)** Encaminhar ao Congresso  
294 Nacional (Gabinete Dep. Maria do Rosário) Nota Pública do Conanda sobre o  
295 PL de Adoção e um exemplar do Plano Nacional de Promoção e Proteção ao  
296 Direito à Convivência Familiar e Comunitária; **c)** Convidar a Deputada Rita  
297 Camata para debater o PL de Execução das Medidas Socioeducativas na  
298 Assembléia do mês de novembro de 2007; **d)** Verificar junto ao Ministério da  
299 Justiça quais as providências estão sendo adotadas sobre a Classificação  
300 Indicativa; **e)** Indicar representante do Conanda para participar da II Jornada  
301 da Juventude Rural, de 15 a 23 anos para discutir a Política para permanência  
302 do jovem no campo. Data: vinte de setembro de 2007, às 14h00 - Auditório  
303 Nereu Ramos - Câmara dos Deputados; **f)** Informar todos os conselheiros as  
304 conclusões dos Seminários sobre Erradicação do Trabalho Infantil, realizado no  
305 mês de setembro de 2007 em todos os Estados.  
306 A conselheira Delzinéia repassará as informações à Secretaria Executiva do  
307 Conanda; **g)** Aprovar as 152ª - 153ª e 154ª Assembléias Ordinárias via  
308 eletrônica. Foi estabelecido o prazo de até o dia dezoito de setembro de  
309 2007 (quarta-feira) para o recebimento de alterações, a partir dessa data as  
310 atas serão consideradas aprovadas. **7) Deliberações Pendentes de Outras**  
311 **Assembléias: a)** Solicitar audiência com o Presidente da República (em  
312 conjunto com Fórum Nacional Petl, Presidente do Conanda e Secretaria  
313 Executiva) cujo foco da audiência deverá ser centrado no Plano de Execução  
314 das Medidas Socioeducativas e na VII Conferência Nacional. (Comissão de  
315 Políticas Públicas); **b)** Discutir com Conselho Nacional de Justiça as medidas  
316 do pacote de segurança que será encaminhado à Presidência da República.  
317 (Comissão de Políticas Públicas); **c)** Elaborar parâmetros acerca da  
318 excepcionalidade e brevidade de abrigo (Comissão de Políticas Públicas); **d)**  
319 Realizar um mapeamento de boas práticas para subsidiar a ação do Conanda  
320 e SPDCA (visitar, convidar para apresentação no Conanda e registrá-las)  
321 aplicação das medidas sócioeducativas (para subsidiar a ação parlamentar  
322 contrária ao rebaixamento da maioria penal; de programas de convivência  
323 familiar e comunitária; de gestão compartilhada entre os vários níveis da  
324 unidade federada (federal, estadual e municipal) (Comissão de Políticas  
325 Públicas); **e)** Agendar audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego. Pauta:  
326 Trabalho Infantil e Aprendizagem entre 14 e 16 anos; **f)** Pautar a apresentar  
327 levantamento parcial da produção de conhecimento na área da criança e do  
328 adolescente - Responsável: conselheira Maria Luiza de Oliveira Moura  
329 (Comissão de Formação e Mobilização); **g)** Realizar advocacia junto ao  
330 Congresso Nacional para aprovação da Lei de Responsabilidade Social e  
331 Fiscal (Comissão de Orçamento e Finanças. Não tendo mais nada a ser  
332 tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, dando por

333 encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será  
334 assinada pela Senhora Presidente.

335

336

  
Carmen Silveira de Oliveira

337

Presidente